



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS	-7 MAR 1980		

DEBATE SOBRE A POLÍTICA ECONÓMICA PREJUDICOU A IMAGEM DO GOVERNO

O debate parlamentar sobre a política económica que ontem se encerrou com um discurso do primeiro-ministro Sá Carneiro constitui o primeiro grande rombo na imagem de eficácia, competência e moderação que o Governo tem cuidado de apresentar à opinião pública. Face a acusações concretas da Oposição, os ministros refugiaram-se em protestos e conceitos genéricos não rebatendo minimamente algumas das mais delicadas dúvidas suscitadas no hemiciclo. E se na maior parte do debate estiveram em causa questões mais ou menos genéricas relacionadas com a política económica neste ou naquele sector pontos houve — e são esses os que mais relevam em termos de opinião pública — em que foi posta em causa com nomes e números a própria honorabilidade de membros do gabinete.

O problema dos créditos concedidos por João Goulão a alguns amigos pessoais identificados pelo deputado António Cam-

Por MIGUEL REIS

pos não pode ser rebatido com a simples classificação de que se «trata de calúnia». Mereceria uma resposta objectiva, clara e documentada que ninguém deu, ficando no ar, como fica, a dúvida sobre a honestidade de processos desse membro do Governo e de altos funcionários do MAP. Em qualquer país democrático da Europa os casos referidos pelo deputado Campos (a serem como ele afirma e não foi desmentido) constituiriam um escândalo que não poderia ser abafado pelo simples protesto do Governo ou da Imprensa oficiosa.

O mais recente «cavalo de batalha» do gabinete de Sá Carneiro — a redução do imposto Profissional — foi denunciado tanto pelos socialistas como pelos comunistas como uma fraude eleitoralista. Enquanto os trabalhadores que têm rendimentos mensais até 20 contos verão os seus rendimentos aumentados em 2% os que ganham mais de 60 beneficiarão de um aumento de 6% o que socialmente é uma injustiça. E afirmar como o fez o primeiro-ministro no discurso de encerramento que por essa via se aumentam os salários reais de tal modo que a Oposição fica assustada com a perspectiva de nova vitória da AD daí decorrente, é puramente ridícula.

Os preços vêm sofrendo aumentos brutais. A Oposição demonstrou que alguns desses aumentos não têm justificação. O ministro do Comércio continuou a insistir na afirmação de que «os preços vão baixar» sem demonstrar a ninguém como vai conseguir tal milagre sem hipotecar o futuro com uma qualquer manobra a preparar antes das eleições.

Como se vai relançar a economia, como se vai criar emprego, como se vão melhorar as condições de vida dos portugueses mais desfavorecidos? O Governo respondeu por sistema com os chavões do seu programa sem adiantar pormenores sobre projectos concretos que não se sabe se existem ou não.

Na generalidade a conclusão é de que o debate foi fraco, muito fraco, não adiantando nada de novo sobre as perspectivas próximas. E um debate deste tipo é fraco quando o Governo não dá respostas, que

é disso que se trata num processo de interpelação.

Disso mesmo terá tido consciência o primeiro-ministro Sá Carneiro ao tentar inverter com uma «demagógica» a balança do debate no momento do seu encerramento.

«A Oposição saiu totalmente derrotada desta interpelação» — disse Sá Carneiro numa abertura heróica. Ora a Oposição não tinha nada a perder: a sua função era na circunstância perguntar e se alguém tinha a ganhar ou a perder seria o Governo, respondendo ou não respondendo, esclarecendo ou não esclarecendo.

Dizer que «a Oposição saiu totalmente derrotada» — como afirmava já horas antes num exercício de futurologia um vespertino governamental — seria pelo menos um absurdo se não fosse ainda a palavra de ordem para encorajar o Governo a ultrapassar o (aliás inesperado) fracasso que esta interpelação constituiu para a sua imagem.

Sá Carneiro teria preferido encerrar o debate com um «discurso de Estado» mas a insuficiência dos membros do seu gabinete ao longo dos últimos três dias não lhe permitiram manter no baú por mais tempo a farpela de dirigente partidário que prometeu arrumar até Outubro quando tomou posse do cargo.

Ontem em S. Bento Sá Carneiro voltou a ser o chefe de partido que o país bem conhece com o seu característico discurso de campanha. Não foi o chefe de Governo sereno que ali passou há dois meses.

E com isso perdeu toda a precisão política que então afirmou entrando descontroladamente na demagogia. Ainda o debate não tinha acabado e já o primeiro-ministro afirmava do alto da tribuna que a AD tem doravante mais apoio e a Oposição menos, em resultado da interpelação. Como se fosse lícito pôr em causa pela positiva o que se nega à Oposição pela negativa, os resultados das eleições de 2 de Dezembro.

Com uma maioria absoluta no Parlamento e uma situação financeira que não tem comparação nos pós-25 de Abril o Governo não tem desculpas para não cumprir as suas promessas eleitorais, designadamente a de melhoria efectiva das condições de vida dos portugueses. A Oposição não dispõe do número de lugares suficiente para aprovar as moções de censura que o poderia derrubar e é um absurdo pretender, como pretendeu Sá Carneiro, que o objectivo da interpelação foi... derrubar o Governo.

É evidente que a Oposição não interpelou o Governo para o favorecer. Mas não é menos evidente que os únicos triunfos políticos que ela pôde recolher deste debate decorrem da insuficiência do Governo para lhe destruir os argumentos e as perguntas com alternativas coerentes e precisas e respostas claras. Na verdade, se aos deputados é lícita a divagação e o verbalismo parlamentar, dos membros do Governo exige-se precisão de projectos e rigor numérico. E o que se verificou em muitos passos do debate foi que, por ignorância ou (incompreensível) secretismo os interpelantes foram mais precisos que os interpelados.

O dr. Sá Carneiro disse no final da sua intervenção que a AD é que «recolheu os louros». Seguramente, porque é um dos mais brilhantes políticos portugueses, não está convencido disso.